

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 616 - Brasília, terça-feira, 13 de janeiro de 1998

Senado deve votar hoje três matérias da convocação

Na pauta de hoje, emenda que estabelece o regime especial de tratamento para os servidores militares e projetos sobre contrato temporário de trabalho e transferência de recursos para companhia de trens de Pernambuco



O plenário prepara-se para apreciar as primeiras matérias da convocação extraordinária - uma emenda constitucional e dois projetos de lei

O plenário do Senado deverá votar hoje três propostas incluídas na pauta da convocação extraordinária. Uma delas é a emenda constitucional que estabelece regime especial de tratamento para os servidores militares. As outras matérias - dois projetos de lei - dispõem sobre o contrato temporário de trabalho e a transferência de recursos para a companhia de trens de Pernambuco. As comissões também terão bastante trabalho esta semana. Hoje, a Comissão de Infra-Estrutura examina projeto sobre o transporte multimodal de cargas. Amanhã, a CCJ promoverá audiência pública sobre a reforma administrativa. **Páginas 2, 3 e 4**

ACM pede a ministros que esclareçam denúncias

Esclarecimentos formais sobre as denúncias de irregularidades na liberação de verbas públicas serão solicitados pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, aos ministros da Saúde, Carlos Albuquerque, e da Articulação Política, Luiz Carlos Santos. De acordo com Antonio Carlos, as informações serão relevantes para a decisão de convocar ou não os ministros, que será tomada pela Mesa com base em requerimento. **Página 4**



Antonio Carlos (E), ao lado de Bernardo Cabral, quer esclarecer o caso



País perdeu 469 mil empregos, alerta Osmar

Com base em dados do IBGE, senador analisa fechamento de postos de trabalho durante a vigência do Plano Real, de junho de 1994 a setembro do ano passado. **Pág. 7**

CCJ debate a reforma administrativa amanhã

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), debate amanhã, às 10h, a proposta de reforma administrativa, em audiência pública que contará com a participação do ministro Luís Carlos Bresser Pereira, da Administração, do procurador do Banco Central, Erasto Villa-Verde Filho, e do ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro. Na quinta-feira, a comissão deve votar o parecer do relator, senador Romero Jucá (PFL-RR).

Uma das modificações previstas na emenda, de iniciativa do Executivo e já aprovada pela Câmara, é o fim do Regime Jurídico Único (RJU) no serviço público, a ser substituído por regimes próprios de determinadas categorias.

Segundo a proposta, a União, os estados ou municípios não poderão gastar mais de 60% de sua receita corrente líquida com recursos humanos. Para garantir esse dispositivo, a reforma prevê

a exoneração de servidores não estáveis (aqueles admitidos na administração direta, autárquica e fundacional sem concurso público de provas ou de provas e títulos após o dia 5 de outubro de 1983) e a redução de pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança. E mais: caso essas medidas não sejam suficientes, até mesmo o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

Outra inovação é a dilatação

do estágio probatório de dois para três anos. Os atuais servidores que se encontrem no período do estágio probatório, porém, terão assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para aquisição da estabilidade.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai discutir ainda, na sessão de quinta-feira, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Ministério dos Transportes a repassar à Companhia Cearense de Trens Urbanos (Metrofor) recursos para pagamento de pessoal. A matéria tem como relator o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).



Bernardo Cabral dirigirá os debates na audiência pública da CCJ

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h30 - Participa de reunião com líderes partidários do Senado Federal

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Discussão em turno único do *PLC nº 93/96 (tramitando em conjunto com os PLS nºs 239/95 e 42/96), que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado; *PLS nº 239/95 (tramitando em conjunto com o PLC nº 93/95 e com o PLS nº 42/96), dispõe sobre a contratação de empregados por temporada em localidades turísticas; *PLS nº 42/96 (tramitando em conjunto com o PLC nº 93/95 e com o PLS nº 239/95), altera dispositivos da CLT; e votação em turno único do *PLC nº 68/97, autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, a repassar à Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco (Coptrens) recursos para pagamento de pessoal; e quinto e último dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares

COMISSÕES

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLC nº 7/97, dispõe sobre o transporte multimodal de cargas. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *PDL nº 133/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a Hungria, em Brasília, em 03.04.97; *PDL nº 131/97, aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França, em Brasília, em 12.03.97; *PDL nº 74/97, aprova o texto da Convenção Relativa à Pro-

teção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29.05.93. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

10h30 - Reunião de líderes partidários do Senado Federal com o presidente Antonio Carlos Magalhães

PREVISÃO DE TRABALHOS

COMISSÕES

Quarta-feira (14.01.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Exposição do ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luís Carlos Bresser Pereira; do procurador do Banco Central do Brasil, Erasto Villa-Verde Filho; e do ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, sobre a PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (15.01.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão e votação da *PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal; e *PLC nº 69/97, autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, a repassar à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor, recursos para pagamento de pessoal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Lei Pelé deve ganhar relatores em 3 comissões ainda esta semana

Com 97 artigos, o projeto da Lei Pelé, que acaba com o instituto do passe na legislação desportiva nacional, encontra-se nas comissões de Educação, de Constituição e Justiça e de Assuntos Sociais do Senado, devendo seus relatores ser escolhidos esta semana. Se aprovada como veio da Câmara, a lei aplicará aos atletas profissionais a legislação trabalhista e de seguridade social válida para todos os outros trabalhadores.

O projeto determina que qualquer cessão ou transferência de atleta profissional, na vigência do contrato de trabalho, dependerá da anuência deste. Hoje, o atleta profissional não é livre para escolher o seu empregador nem para assinar um contrato de trabalho sem a expressa autorização do dono do seu passe, mesmo que o seu contrato já tenha expirado. Pela lei em vigor, ele é objeto de negociação comercial e até de penhora judicial.

Conforme o projeto, que aguarda votação, a atividade do atleta profissional se caracterizará por remuneração pactuada em contrato formal de trabalho, com cláusula penal para as hipóteses de descumprimento. Segundo esse texto, a entidade desportiva forma-

dora do atleta terá o direito de assinar com este o primeiro contrato profissional, cujo prazo não poderá ser superior a dois anos. O vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante tem natureza acessória ao vínculo empregatício, dissolvendo-se com o término da vigência do contrato de trabalho.

A nova lei deverá dispor também que as atividades relacionadas a competições de atletas profissionais são privativas das seguintes entidades: sociedades civis de fins econômicos; sociedades comerciais admitidas na legislação em vigor; e entidades de prática desportiva que constituírem sociedade comercial com esse fim.

Quanto aos recursos necessários ao fomento das práticas desportivas, serão assegurados em programas específicos constantes dos orçamentos da União, estados, Distrito Federal e municípios, além das provenientes de outros fundos. Sobre os bingos, o projeto dispõe que eles funcionarão sob a responsabilidade exclusiva das entidades desportivas, mesmo que a administração da sala seja entregue a outra empresa comercial.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Senadores estão prontos para apreciar a primeira das emendas incluídas na pauta da convocação

Plenário votará hoje regime especial para os militares

O plenário do Senado deve votar hoje a primeira emenda constitucional e os dois primeiros projetos incluídos na pauta de convocação extraordinária do Congresso durante o recesso parlamentar. A mudança constitucional estabelece regime especial de tratamento para os servidores militares, permitindo, entre outras coisas, que eles tenham reajustes salariais diferenciados dos aumentos dos servidores civis.

Já um dos projetos de lei autoriza o contrato temporário de trabalho, desde que a empresa esteja abrindo novas vagas de emprego. Pela proposta, o recolhimento de FGTS pela companhia cairá de 8% para 2% do valor do salário e, findo o contrato, o empregador não

terá de pagar 40% de multa sobre o FGTS do empregado.

Se aprovado pelo plenário sem mudanças, o projeto será enviado à sanção do presidente da República, pois já foi votado pelos deputados. O relator da matéria, senador Romeu Tuma (PFL-SP), deu parecer favorável, ponderando que a iniciativa poderá reduzir o desemprego e o chamado "custo Brasil".

A emenda constitucional sobre o regime de trabalho dos militares, também relatada favoravelmente pelo senador Romeu Tuma, terá de ser submetida a segundo turno pelo plenário, caso seja aprovada agora pelos senadores. A mudança constitucional prevê que os militares terão obrigações, prerrogativas e deveres diferenciados daqueles exigidos dos funcionários públicos civis.

Ainda na sessão de hoje, o plenário deverá votar um segundo projeto de lei. A matéria autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a passar à Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco dinheiro para pagamento de pessoal.



Veja o andamento das matérias em apreciação

Nº	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 41/97	Reforma administrativa	Romeu Tuma	14/01 - quarta: audiência pública na CCJ 15/01 - quinta: discussão e votação na CCJ
PEC 39/97	Regime constitucional dos militares	Romeu Tuma	Hoje: quinto e último dia de discussão em 1º turno
PEC 50/96 (*)	Convoca plebiscito para realização de reforma constitucional	Jefferson Péres	Pronto para discussão no plenário, em 1º turno
Substituto da CD ao PLS 93/93	Planos de saúde	Sebastião Rocha	CAS
PLC 66/97	Pune a lavagem de dinheiro	Levy Dias	CAE
PLC 14/96	Propriedade intelectual de programa de computador	Roberto Requião	CE
PLC 93/96	Contrato temporário de trabalho	Romeu Tuma	Discussão e votação no plenário, hoje
PLS 249/89	Regula os direitos autorais	aguardando designação do relator	CCJ
PLS 219/95	Sigilo bancário	Jefferson Péres	CCJ
PLS 101/96	Crua região integrada de desenvolvimento do DF e Entorno	Lúcio Alcântara	CCJ
PLC 47/96	Destruição de aeronave	Romeu Tuma	CCJ
PLC 50/97	Rádiodifusão comunitária	Sérgio Machado	CE
PLC 46/97	Lei Orgânica da Assistência Social	José Fogaça	CAE (aprovado parecer do relator). Vai a plenário
PLC 100/96	Serviço voluntário	Sebastião Rocha	CAS (vista coletiva)
PLC 007/97	Transporte multimodal de cargas	Gerson Camata	Discussão e votação na CI, hoje
PLC 31/97	Vínculo empregatício	Jonas Pinheiro	CAS
PLC 78/97	Relações de trabalho do atleta profissional de futebol (Lei Pelé)		Distribuído à CCJ / CAS e CE
PLC 68/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Copertrens - PE)	Roberto Freire	CCJ e CAE (aprovados pareceres dos relatores). Vai a plenário
PLC 69/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Metrofôr - CE)	Lúcio Alcântara	15/01 - quinta: discussão e votação na CCJ

(*) Acrescentada à pauta da convocação por ato dos presidentes do Senado e da Câmara.

Obs.: Além dessas proposições específicas, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais, projetos de competência privativa do Senado, medidas provisórias, matérias orçamentárias e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.



Tuma: parecer favorável

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta; e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

O presidente do Senado quer esclarecimentos para fundamentar decisão de convocar ou não os ministros Luiz Carlos Santos e Carlos Albuquerque visando atender pedido de Suplicy

ACM vai pedir informações sobre os recursos da Saúde

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que vai solicitar aos ministros Luiz Carlos Santos, da Articulação Política, e Carlos Albuquerque, da Saúde, que enviem à Casa esclarecimentos formais sobre as denúncias de irregularidades na liberação de verbas. O senador acredita que as informações serão relevantes para a decisão sobre a necessidade de convocação dos ministros.

De acordo com o Regimen-

to, cabe à Mesa examinar os requerimentos de convocação de autoridades ao plenário. A presença de Santos e Albuquerque foi pedida em requerimento apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Para Antonio Carlos, "hoje, o Brasil está melhor preparado" para enfrentar as repercussões da queda das bolsas da Ásia, graças, em grande parte, à contribuição do Congresso, que votou com celeri-

dade as medidas provisórias do governo e, sem dúvida, conforme acentuou, continuará cumprindo com os seus deveres, fazendo tudo para evitar que a crise atinja o país.

Antonio Carlos confirmou que a intenção do Senado é de votar logo o projeto sobre direitos autorais, atendendo a solicitação formulada pelos representantes dos artistas. "Todas as matérias da convocação são de urgência", observou.



Antonio Carlos: decisão é da Mesa

Odacir anuncia projeto para melhorar rebanho

O senador Odacir Soares (PTB-RO) anunciou o lançamento, em Rondônia, do Programa do Novilho Precoce, destinado a elevar os índices de produtividade do rebanho bovino, melhorando sua qualidade genética e adotando técnicas que permitam a obtenção de um produto precoce e de maior peso para o abate. O programa é promovido pela Secretaria de Agricultura e da Reforma Agrária (Seagri), de Rondônia, e através dele o governo do estado criou um incentivo de 50% do imposto devido para os animais abatidos em frigoríficos credenciados e que atingirem as metas de peso e idade.

- Essa iniciativa irá beneficiar pecuaristas e produtores de modo geral, além de técnicos e firmas do ramo pecuário e de planejamento, e, devido a maior oferta de carne, a população também será be-

neficiada - afirmou.

Odacir Soares citou dados do IBGE sobre a pecuária rondoniense, destacando que o efetivo bovino no seu estado aumentou de 20.249 cabeças, em 1973, para 176.221, em 1979, o que corresponde a uma taxa geométrica de crescimento da ordem de 35,1% ao ano. Ele acrescentou que, a partir da década de 90, o tamanho do rebanho de Rondônia passou dos 2 milhões de cabeças, tendo alcançado, em 1995, 4,5 milhões de bovinos.

O senador lembrou ainda outros projetos especiais, como o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra) e o Programa de Desenvolvimento de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polozamônia), que no final dos anos 70 aumentaram significativamente o volume de crédito na pecuária.



Odacir Soares: novilho precoce vai aumentar o rebanho de Rondônia

CRE discute repressão a tráfico de crianças

Assegurar instrumentos legais para a repressão ao tráfico internacional de crianças é o que objetiva a Convenção Relativa à Proteção das Crianças, um dos itens da pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que se reúne hoje a partir das 17h30. A convenção foi concluída em Haia em 29 de maio de 1993.

O texto da convenção explicita o reconhecimento, pelos países participantes, de que, para o desenvolvimento harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer em meio familiar, em clima de felicidade, de amor e de compreensão. O documento discorre, em 48 artigos, sobre questões como os requisitos para as adoções internacionais, quais as autoridades centrais competentes e o reconhecimento e efeitos da adoção. A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) é a relatora do projeto de decreto legislativo que aprova o texto.

Outro projeto a ser apreciado na reunião de amanhã (dia 13) da CRE refere-se ao acordo de cooperação na área de Turismo, celebrado entre o Brasil e o governo da Hungria, em 3 de abril de 1997. O acordo prevê o estreitamento nas relações entre as organizações turísticas

de ambos os países, com o consequente estímulo às viagens de turismo.

Para isso, deverá haver o intercâmbio recíproco dos materiais informativos e o apoio aos peritos turísticos, com a finalidade de um conhecimento mais profundo da infra-estrutura oferecida aos turistas de cada país.

Outra medida prevista no acordo com a Hungria é o apoio recíproco à cooperação entre as instituições turísticas de ensino e a troca de informações a respeito de condições turísticas e o seu desenvolvimento; qualificação e registro dos hotéis e de outras formas de alojamento; legislação das atividades turísticas e da organização de viagens e ensaios e pesquisas sobre o turismo. O relator é o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), cujo parecer é favorável ao projeto.

SEGURANÇA PÚBLICA

A CRE vai analisar também o Projeto de Decreto Legislativo nº 131/97, que aprova o texto do acordo de parceria e de cooperação em matéria de segurança pública, celebrado entre os governos brasileiro e francês, em 12 de março de 1997. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) é o relator do projeto.



Camata: mais agilidade

CI analisa hoje nova forma de transporte

A utilização do transporte multimodal de cargas, ou seja, aquele que, regido por um único contrato, utiliza duas ou mais modalidades de transporte, é o que dispõe projeto de lei da Câmara a ser analisado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura na reunião marcada para hoje, às 10h.

Pelo projeto, originário do Executivo, o Ministério dos Transportes será o órgão responsável pela política de transporte multimodal de cargas nos segmentos nacional e internacional que compreende, além do transporte em si, os serviços de coleta, movimentação, armazenagem e entrega de carga ao destinatário.

A nova lei prevê, ainda, a realização dos serviços correlatos que forem contratados entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental de cargas. O relator do projeto na Comissão de Infra-Estrutura é o senador Gerson Camata (PMDB-ES), que quer agilidade. A matéria já passou pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde recebeu parecer favorável do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

Ao defender campanha de esclarecimento, senador constata que lei instituída com propósito humanitário causa pânico na população

Otoniel alerta para reações contra doação

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) defendeu ontem a necessidade de o governo lançar imediatamente uma ampla campanha de esclarecimento sobre a nova lei de doação de órgãos, acreditando ser essa a única maneira de "impedir uma reação em massa contra a medida". Ele alertou para os resultados de uma pesquisa realizada pelo Datafolha que constatou a diminuição em 12% no número de pessoas que cederiam seus órgãos de maneira espontânea.

- Surpreendentemente, essa lei, que é sinônimo de fraternidade e humanismo, acaba provocando um efeito contrário. Não se discutem seus propósitos e seus objetivos, mas a total ausência de estratégia por parte do governo no sentido de tornar a sua aplicação realmente eficaz - afirmou o senador.

Otoniel Machado chamou atenção para o "início de pânico" observado nos primeiros dias de vigência da lei,



Otoniel: preocupado com falta de doadores

quando milhares de brasileiros buscaram a segunda via da identidade para se declarar não-doadores. Na sua opinião, essa reação da sociedade revela desconfiança em relação ao Estado e aos organismos de saúde.

- Muitos temem que seu rim ou coração seja retirado antes da hora. Outros visualizam um campo fértil para a comercialização indevida. Mesmo assim, apenas 24% dos entrevistados na pesquisa se declara-

ram totalmente contrários à nova lei. Isso significa que tem respaldo popular. O que se questiona basicamente é se a família deve ou não ser consultada antes da retirada dos órgãos - enfatizou o senador. Como médico, ele acredita que a consulta à família continuará sendo adotada, independentemente do que determina a nova lei.

Outra preocupação de Otoniel Machado é com a carência de recursos

e a ausência de estrutura para viabilizar as inúmeras doações de órgãos. Segundo ele, o custo dos transplantes, muitas vezes, não é acessível à maior parte da população e apenas seis estados brasileiros têm condições necessárias para realizá-los.

- A falta de aparelhamento adequado é um dos aspectos centrais que explica a dificuldade de socorrer todos aqueles que necessitam da ação do poder público - ressaltou.

Hollanda presta homenagens a Capiba e a ex-vice-governador

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) solicitando o registro em ata de voto de pesar e o envio de condolências ao estado de Pernambuco e à família do compositor Lourenço da Fonseca Barbosa, o Capiba, recentemente falecido.

Joel de Hollanda destacou a carreira artística de Capiba, lembrando que ele foi um grande maestro, arranjador, instrumentista, poeta e pintor. Segundo informou, Capiba nasceu em Surubim (PE) e deixou uma contribuição cultural de "valor inestimável para o seu estado e para o Brasil".

Ainda a requerimento do senador Joel de Hollanda, o plenário do Senado aprovou, também na sessão de ontem, a inscrição em ata de voto de pesar e o envio de condolências a Pernambuco e à família do ex-vice-governador José Antonio Barreto Guimarães, pelo seu falecimento.

Conforme recordou Joel de Hollanda, o professor José Antonio Barreto Guimarães exerceu interinamente o governo pernambucano, por quatro meses, durante o manda-



Hollanda: pêsames por mortes de figuras ilustres

to do então governador Eraldo Gueiros Leite. Ele também foi secretário de estado por duas vezes, em diferentes administrações; deputado estadual; e finalmente prefeito de Olinda.

CONHEÇA O SENADO

O Senado nos governos de Dutra e Vargas (de 1945 a 1954)

O grande vencedor nas eleições de 1945 é o Partido Social Democrático (PSD), fundado por Getúlio Vargas. Os parlamentares do PSD ocupam 177 das 320 cadeiras do Parlamento, sendo seguido pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também criado por ele. Legalizado por Vargas, o Partido Comunista Brasileiro elege 17 parlamentares, entre eles o senador Luís Carlos Prestes.

Depois de renunciar à Presidência da República, Vargas é eleito deputado por seis estados e senador por dois: Rio Grande do Sul e São Paulo, optando por representar este último.

Em 1946, o Congresso Na-

da pelo presidente eleito Eurico Gaspar Dutra. Prestes proclama sua obediência soviética por trás de um discurso de respeito à democracia representativa. Mas em 1948, o PCB é declarado ilegal e seus parlamentares cassados. A partir daí, qualquer crítica ou protesto mais sério contra o governo é tido como agitação comunista e sofre violenta repressão.

No mesmo ano, o senador Getúlio Vargas abandona o Congresso, depois de um áspero debate com o deputado Euclides Figueiredo, um dos que haviam sofrido no exílio e nos cárceres do Estado Novo. Vargas licencia-se e, em 1950, vence as eleições para a

Presidência da República.

Três anos depois, o Parlamento aprova a criação da Petrobrás, depois de um amplo

Em meio a debates memoráveis, o ditador Getúlio Vargas e o comunista Luís Carlos Prestes mostram as suas diferenças

debate. O projeto apresentado pelo governo, que permitia a atuação da estatal diretamente ou como holding de outras empresas, é modificado pelo Congresso, que estabelece o monopólio estatal sobre a pesquisa e a exploração do petróleo. Pressionado pelos conservadores, contrários à estatização, e acusado de corrupção e envolvimento com o comunismo, Vargas acaba perdendo a maioria no Senado e na Câmara e passa a ter extremas dificuldades para governar.

Em 1954, suspeito de envolvimento no atentado ao jornalista Carlos Lacerda, que liderava a campanha contra o presidente, Getúlio Vargas é abandonado pelos políticos e militares e acaba suicidando-se.



0800 - 612211

FALA, CIDADÃO

Nesta seção, o Jornal do Senado publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-61-2211. A ligação é gratuita

Fernando Ayres Dias, de Sorocaba, e Sady Dalmas e Jeazi Lopes de Oliveira, de São Paulo, querem informações sobre o projeto que regulamenta as empresas de factoring. Comentam a questão os senadores José Fogaça (PMDB-RS), autor da proposta, e Esperidião Amin (PFL-SC), relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.



José Fogaça

José Fogaça: A atividade de *factoring* é o chamado fomento mercantil. Significa que uma empresa especializada, com alta formação e qualificação profissional, empresta a outra empresa um apoio nas áreas de marketing, seleção de créditos, mercadologia, na busca de clientes e na organização contábil. Em suma, dá todo o apoio técnico que a outra empresa precisa e conjuga isso, através de um contrato, à compra de seus créditos, que são o resultado de vendas mercantis. É esse tipo de situação, típica, explícita, clara e precisa que caracteriza o *factoring*. No entanto, muitas empresas que não praticam essa atividade, se valem do nome *factoring* para realizar a mais baixa e mais aviltante picaretagem financeira que pode ocorrer. Deformam, assim, o sentido de *factoring*, que implica

um grande incremento de atividades produtivas de maneira organizada, séria, dentro da lei, sem agiotagem, com práticas extremamente moderadas e servindo de um grande apoio às micro e pequenas empresas.

Se uma pessoa que nunca estudou medicina, resolve colocar uma placa em frente a sua casa com os dizeres: "Médico, praticam-se cirurgias", este cidadão vai praticar uma série de abusos, de barbaridades, de violência e toda sorte de deformação, porque ele se diz médico, mas não é. Isso acontece hoje com o *factoring* no Brasil. Tem gente que se diz *factoring*, mas não é. Como o problema do médico é resolvido? De uma maneira muito simples: a profissão de médico é regulamentada. Quem não cumpre as exigências da profissão está fora da lei, é criminoso. Nós queremos fazer a mesma coisa com o *factoring*. Quem não obedecer a lei seriamente estará cometendo crime e será preso, porque esta é a pena que se deve aplicar a quem pratica o *factoring* fraudulento.

O que está faltando nesse momento é apenas uma discussão em torno de um instrumento de auto-fiscalização ou auto-regulamentação do setor. Depois que o governo, através de uma medida provisória, alterou os conselhos profissionais no Brasil, praticamente acabando com o sistema de autarquias, surgiu a necessidade de montar um novo instrumento legal para se aplicar ao caso do *factoring*. Então, estamos aguardando que o relator da matéria, senador Esperidião Amin, ajude a criar este instrumento de auto-regulamentação, através de um conselho nacional e de um conselho regional de *factoring* em cada região.

Esperidião Amin: Em primeiro lugar, devo enaltecer a iniciativa do senador José Fogaça, que em boa



Esperidião Amin

hora propôs uma regulamentação atualizada para o *factoring*, atividade que vem assumindo uma posição cada vez mais importante no cenário nacional.

Para o senador Fogaça, essa atividade deveria ser auto-regulamentada através de um organismo criado pelo próprio conjunto das *factorings*. Mas, a meu ver, essa não seria a melhor opção. A CPI dos Precatórios escancarou-nos a visão de inúmeras irregularidades que as *factorings* praticaram, sem que houvesse, por parte da sociedade e do sistema financeiro, onde elas indiretamente atuam, qualquer controle sobre a situação. Isso ficou comprovado com os incidentes da IBF e de outras empresas. Por causa dessas irregularidades constatadas pela CPI dos Títulos Públicos, apresentei um substitutivo ao Projeto Fogaça determinando que as operações de crédito efetuadas pelas *factorings*, ou seja, as antecipações monetárias de valores num título de crédito, sejam fiscalizadas pelo Banco Central e não por um conselho auto-regulamentador. Já os serviços de consultoria praticados pelas *factorings* não precisam ser fiscalizados, pois consultoria já paga imposto municipal. Essa é minha opinião, mas meu relatório ainda será apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, onde poderá ser alterado ou até derrotado.



Lauro vai disputar prévias

Lauro justifica sua candidatura ao governo do DF

O senador Lauro Campos (PT-DF) anunciou ontem que, mais uma vez, ao contrário do que estava nos seus planos, foi obrigado a aceitar o lançamento de seu nome como um dos pré-candidatos à sucessão de Cristovam Buarque no governo do Distrito Federal. A candidatura do PT depende de uma prévia interna. Ele disse que tentou construir um espaço interno dentro do PT - "que me foi fechado" - para discutir problemas acumulados em três anos de governo petista na capital federal. É exatamente para realizar esse debate que o senador pretende submeter seu nome à militância partidária.

- Espero que possa, outra vez, desempenhar o papel de colaborar para um debate interno aberto e sério sobre qual deve ser a postura dos governos estaduais ocupados pelo PT - afirmou. O senador salientou sua insatisfação com o governo de Cristovam Buarque, na sua opinião, "neoliberal e muito assemelhado ao governo de Fernando Henrique Cardoso".

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou que "a História fará justiça à atuação de Lauro no Senado" e atribuiu as divergências partidárias internas à "maldição do presidencialismo". Já para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, a própria existência das prévias partidárias demonstra que o PT é diferente dos outros partidos, desde que elas não inviabilizem a campanha eleitoral posterior, como já teria acontecido. "Apelo à militância para que a disputa interna se restrinja às prévias e que, a partir da definição de um candidato, todos se unam em torno dele, para evitar um retrocesso político no DF", disse.

Senador faz uma análise da evolução do emprego com base em dados do IBGE e observa que crescimento populacional exige a criação de 1,2 milhão de postos de trabalho ao ano

Osmar Dias: Brasil perdeu 469 mil empregos durante o Plano Real

"O desemprego é uma preocupação mundial que não está recebendo a devida atenção do nosso governo." Essa é a conclusão a que chegou o senador Osmar Dias (PSDB-PR), ao analisar em plenário estatísticas do IBGE mostrando que foram fechados 469.263 postos de trabalho no Brasil de julho de 1994 a setembro do ano passado, período de implantação do Plano Real.

Osmar Dias lembrou que a população brasileira nesse período cresceu cerca de 2% ao ano, o que exigiria 1,2 milhão de novos empregos por ano só para atender aos novos contingentes de mão-de-obra que chegam ao mercado. "Ao invés de se criarem esses novos empregos, houve o corte de quase 470 mil vagas de trabalho", observou.

- Se fizermos uma análise um pouco mais profunda dos números do IBGE, chegaremos à conclusão de que algo errado está sendo feito pelo governo na condução da po-

lítica econômica - assinalou.

O senador paranaense contestou as afirmações de que tem havido transferência de empregos do setor industrial para o setor de serviços. "Não podemos nos iludir com esse discurso. Os dados revelam que também houve uma redução de 27 mil empregos na área de serviços." Na indústria, a queda foi de 367 mil empregos e no setor agropecuario 52 mil vagas de trabalho foram eliminadas durante o Plano Real, conforme os dados apresentados por Osmar Dias. A construção civil perdeu no período 54 mil empregos e só no comércio houve aumento, chegando a 103 mil novas vagas.

- Alguns se conformam em dizer que estamos enfrentando o desemprego tecnológico, provocado pela automatização das atividades. Isso é verdade em parte. Não podemos ignorar outros fatores, como o comércio com países que subsidiam sua produção e exportação - continuou.

Como exemplo, Osmar Dias

citou a cultura do algodão, que perdeu 400 mil empregos apenas em quatro anos. O setor, conforme o senador, está enfrentando o algodão importado, produzido com mão-de-obra mais barata e vendido com subsídios. Outro produto

"Se fizermos uma análise mais profunda dos números, chegaremos à conclusão de que há algo errado na política econômica do governo"

agrícola que está desestruturando o setor rural brasileiro é o trigo importado, que já abastece 80% do consumo nacional, disse.

O senador leu trechos de reportagem publicada pelo jornal *Folha de Londrina* de domingo, sob o título "Montadoras vão cortar 30 mil empregos em 3 anos". Conforme a reportagem, dos 106 mil empregos oferecidos atualmente pelo setor automobilístico, 30 mil serão fechados em três anos. Os novos investimentos das montadoras de automóveis, estimados

em US\$ 21 bilhões, devem criar apenas de 10 a 12 mil empregos.

Os incentivos concedidos por governos estaduais para atração de novas montadoras, na opinião de Osmar Dias, são equivocados, porque "geram muito mais faturamento político do que se o investimento fosse feito em pequenas propriedades rurais ou pequenas indústrias".

O senador leu para o plenário alerta feito pelos pesquisadores da indústria automobilística Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius, autores e organizadores do livro *De JK a FHC - A reinvenção dos carros*. No livro, eles concluem que as novas montadoras se instalariam de qualquer forma no Brasil, por uma questão de estratégia de mercado. Assim, de acordo com Osmar Dias, os incentivos fiscais dados nos dois últimos anos pelos governos estaduais, inclusive do Paraná, foram "um presente" para tais indústrias.

Amorim quer retirar rádios comunitárias da clandestinidade

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que emissoras de rádio que operam em cerca de dois mil municípios em todo o país serão retiradas da clandestinidade através do projeto de lei que institui o serviço de radiodifusão comunitária. O projeto é uma das 18 proposições relacionadas na pauta da convocação extraordinária do Senado e encontra-se na Comissão de Educação (CE).

Amorim destacou o trabalho da Associação Comunitária Ji-Paranaense, presidida por Ronan Almeida, que gerencia uma rádio comunitária em Rondônia com envolvimento de sindicatos, igrejas e universidades. "A prática da associação revela o acerto do projeto e espero que ele já esteja sancionado em 28 e 29 de março, quando será realizado o primeiro encontro estadual de rádios comunitárias em Rondônia."

A matéria já tramitou na

Amorim: serviço para associações comunitárias

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), onde foi aprovada com parecer do senador José Agripino (PFL-RN). De acordo com o projeto, o serviço de radiodifusão deverá ser explorado por fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos e o patrocínio será sob a forma de apoio cultural e também sem finalidade lucrativa.

O projeto prevê, ainda, um

conselho comunitário - composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas - que deverá acompanhar a programação, com o propósito de observar o atendimento do interesse da população e das diretrizes estabelecidas pela proposição.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) sobre a convocação extraordinária (inédito)

8h - Documentário sobre a história da humanidade (reapresentação)

9h - "Fala Cidadão" (reapresentação)

9h30 - Entrevista com o senador José Roberto Arruda (reapresentação)

10h - Comissão de Infra-Estrutura - apreciação do projeto de lei que dispõe sobre o transporte multimodal de cargas (vivo)

14h30 - Sessão plenária - discussão e votação do projeto de lei que dispõe sobre o contrato temporário de trabalho (vivo)

Logo após - Comissão de Relações Exteriores - apreciação de acordos internacionais (pré-gravado)

20h30 - "Congresso Hoje"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

06h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

2h - "Jornal da Amazônia"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h - Comissão de Infra-Estrutura

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até às 7h30



Construção civil cria mais emprego, garante Leonel

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) propôs ontem às autoridades federais e do Distrito Federal que invistam na indústria da construção civil, como forma de reduzir o grave problema do desemprego em Brasília.

- Com o enxugamento do Estado e sua retirada de toda atividade econômica, deixa o governo de ser o grande empregador de mão-de-obra em Brasília, seja na esfera da União, seja na do Distrito Federal - observou.

De acordo com o senador, não há atividade que possa gerar mais empregos, num curto espaço de tempo, em Brasília, que a indústria da construção civil. A seu ver, está na hora de investir maciçamente nesse setor, como uma forma de reativar também a própria economia local.

Destacando que esse tipo de atividade não exige, no seu todo, trabalhadores altamente qualificados, Leonel Paiva alertou para a importância de se considerar esse perfil, já que a grande massa dos desempregados brasileiros se

encontra justamente entre os que não têm preparação escolar ou profissional.

Ele disse que esse setor é o segundo segmento mais importante da economia brasileira, atrás apenas da indústria de transformação, que engloba os ramos automobilístico, petroquímico e metalúrgico. "A indústria da construção civil exporta mais que importa, não pressionando a balança de pagamentos. E gera empregos em massa", assinalou.

Conforme Leonel Paiva, estima-se que, no Brasil, cerca de 3,5 milhões de pessoas estejam empregadas diretamente nesse setor, com outros 17,5 milhões indiretamente, constituindo o maior mercado de trabalho por categoria. "Em Brasília esses trabalhadores somariam 40 mil", frisou.

O senador lembrou, ainda, artigo publicado pela *Gazeta Mercantil* informando que, para cada parcela de investimentos anuais de R\$ 100 milhões, distribuídos em obras de edificação e infra-estrutura, é viável gerar cerca de 6.500 empregos diretos e 13.700 indiretos na construção civil.

Conclusão das obras da eclusa do Jupia facilitará transporte entre os rios Tietê e Paraná, avançando na direção dos países vizinhos do Mercosul

Mauro: integração abre mercados ao Centro-Oeste

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse ontem que a conclusão das obras da eclusa do Jupia será um dos marcos mais importantes deste final de século na integração dos transportes da América Latina. Segundo ele, a obra vai permitir a integração definitiva entre os rios Tietê e Paraná, avançando ainda mais na direção dos países vizinhos do Mercosul e criando uma nova escala econômica nas exportações do Centro-Oeste.

- Como representante de Goiás, tenho todas as razões para festejar esse acontecimento. Os produtos que já vêm sendo escoados para o Brasil e o exterior, através do porto fluvial de São Simão, no rio Paranaíba, terão um raio de alcance de mais 600 quilômetros na conquista de novos mercados, com uma navegabilidade que chega a 1.700 quilômetros - observou.

De acordo com Mauro Miranda, dados divulgados pela



Mauro Miranda: novos mercados

Gazeta Mercantil na edição de ontem "evidenciam a importância econômica do novo perfil da hidrovia Tietê-Paraná". Conforme o senador, a área de influência direta cobre 76 milhões de hectares e 50 milhões de brasileiros, correspondendo a 70% do mercado interno. Além disso, acrescentou, as previsões de investimentos potenciais chegam a 6 bilhões de dólares nos próximos anos.

- Outras projeções indicam que a hidrovia vai transportar, dentro de 15 anos, 20 milhões de toneladas no trecho do Tietê e 35 milhões no do Paraná, con-

tra o total de 5 milhões que foram transportados em 1996 nos atuais limites de navegabilidade - informou.

Na opinião de Mauro Miranda, estimular a intermodalidade e direcionar os investimentos para esse objetivo é uma das marcas essenciais da atual política nacional de transportes. O senador citou que estudos mais recentes demonstram que ainda passam pelas rodovias cerca de 80% das cargas agrícolas brasileiras, contra 16% das ferrovias e apenas 3% das hidrovias.

- Investir em novos eixos de transporte de longa distância e modernizar os existentes, para baratear os custos e aumentar a competitividade dos produtos agrícolas exportados, é investir numa estratégia de médio e longo prazos que vai beneficiar um país onde ainda existem muitas fronteiras a conquistar, principalmente no Centro-Oeste - salientou.

PERFIL

Leonel Paiva

Compromisso com um país moderno e competitivo

Plenamente sintonizado com os esforços do PFL pela modernização do país, o senador Leonel Paiva tem o compromisso de lutar por reformas capazes de agilizar o processo de desenvolvimento e dotar o Brasil da necessária competitividade num mundo globalizado e interdependente.

Radialista, jornalista e publicitário, Leonel Paiva (PFL-DF) assumiu o mandato de senador em novembro do ano passado, quando o titular, Valmir Campelo, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União.

Natural de Uberaba, Mi-

nas Gerais, Leonel Paiva já foi secretário do Trabalho do Distrito Federal, administrador da região do Núcleo Bandeirante e diretor executivo da Fundação do Serviço Social do GDF.

Profissional da comunicação, integrou a equipe que implantou a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás), onde trabalhou como diretor comercial e de programação, participando do movimento pela implantação da Nova República.

Envolvido com a política, a partir dessa experiência, Leonel Paiva passou a trabalhar na Coordenadoria de Divulgação do Palácio do Planalto, na



Leonel Paiva: é fundamental rever o papel do Estado brasileiro

época do presidente José Sarney. Atuou, ainda, como assessor do senador Enéas Faria, na Primeira-Secretaria do Senado, e do senador José Ignácio Ferreira, na Primei-

ra Vice-Presidência da Casa.

Depois, empenhou-se numa militância política mais efetiva, fundando movimentos de base no Distrito Federal e aliando-se aos defensores da auto-

nomia política para Brasília, conquistada com a Constituição de 1988.

Quando assumiu o mandato no Senado, Leonel Paiva prometeu combater, sistematicamente, as estruturas e concepções arcaicas que têm retardado a inserção do Brasil no clube das nações desenvolvidas. Para ele, é fundamental rever o papel do Estado brasileiro, reconsiderando suas funções e dimensões, para melhor direcioná-lo na direção das áreas onde sua atuação é indispensável, como a educação, a saúde, a segurança e a proteção ao meio ambiente.